

## Quebrando o gelo

A economia permanece em ambiente de crise, mas vai acumulando indicadores melhores. O comércio surpreendeu no segundo trimestre e interrompeu uma sequência de oito quedas consecutivas. O setor de serviços subiu pelo terceiro mês seguido. O IBC-Br também mostrou alta no segundo trimestre, e algumas projeções do PIB deixaram de ser de queda.

As melhoras pontuais não resolvem nem de longe os dois principais problemas da economia brasileira hoje: o desemprego e a crise fiscal. Esta semana o IBGE divulgou o índice trimestral mais amplo revelando que o desemprego, o subemprego e o desalento atingem 26 milhões de brasileiros. A crise fiscal teve também esta semana uma prova de que estamos em um buraco sem fundo.

Mesmo assim, já se pode dizer que os sinais da maior recessão da história vão ficando para trás. A estagnação diminui o medo da perda do trabalho, mas é incapaz de gerar vagas para trazer de volta ao mercado 13,5 milhões de desempregados. E ainda gera postos de baixa remuneração e sem garantias, como ficou claro na estatística do IBGE. O desemprego aumentou no Nordeste e também subiu no Rio.

As conversas com empresários

mostram que há setores dando sinais de maior otimismo, enquanto outros permanecem em compasso de espera. O varejo farmacêutico continua crescendo, o da produção de eletrodomésticos já desistiu até do ano que vem.

— Tivemos um aumento de market share, mas o nosso setor antes era uma pizza grande e agora é uma pizza pequena. O nível de emprego não vai melhorar até 2019, por causa da incerteza eleitoral do ano que vem — disse João Carlos Brega, presidente da Whirlpool no Brasil, que tem as marcas Brastemp e Consul.

Uma visão bem diferente tem Marcílio Pousada, que é presidente da Raia Drogasil. Ele baseia sua expectativa sobre o desempenho do setor não em um fator conjuntural, mas na mudança demográfica no Brasil:

— O envelhecimento da população brasileira está com uma taxa mais acelerada do que em outros países. Isso dá resiliência ao setor farmacêutico. A nossa empresa tem capital aberto desde 2012 e vem crescendo com muita força. Nesse período, o faturamento saltou de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 11,8 bilhões.

Se no ano passado o PIB afundou 3%, o faturamento da empresa subiu 25%. Ainda neste primeiro trimestre, a alta foi de 16%

em termos nominais, em relação ao mesmo período do ano passado.

O setor automotivo afundou não só com a recessão, mas em função das políticas adotadas em anos anteriores. A redução do IPI levou à antecipação de compras. O estímulo ao crédito provocou uma alta da inadimplência. O mercado, em 2012, era de 3,8 milhões de veículos vendidos no ano, hoje, está na casa de 2 milhões. Agora, o presidente da Anef (Associação Nacional das Empresas Financeiras de Montadoras), Luiz Montenegro, começa a ver os primeiros sinais de retomada e elevou de 5% para 10% a previsão de aumento das operações de crédito este ano.

— Há uma demanda reprimida por veículos muito grande, porque o mercado se contraiu demais. A população, tão logo perceba que o desemprego parou de subir, voltará a fazer gastos de longo prazo. Acho que houve uma virada na economia do primeiro para o segundo semestre. Isso já havia sendo sinalizado no primeiro trimestre, e, apesar da crise política que aumentou a incerteza, se confirmou — disse.

Montenegro explica que um bom indicador de tendência é o aumento das vendas de carros à vista, que chegou a 46% do total, atualmente. Isso mostra que o consumidor com maior poder aquisitivo já voltou a comprar.





— Esse vem primeiro, os outros vêm depois, por meio de financiamentos — disse.

A inadimplência da carteira de veículos, que chegou a 7,2% em 2012 recuou para 4,3%, mas ainda acima do nível desejado pelos bancos, ao redor de 3%.

A economia está deixando o ambiente gelado no qual caiu por 11 trimestres e, como sempre acontece, ela se aquece de forma desigual. Mas o grande problema econômico permanece sendo a política e o clima de total incerteza que a cerca e que tira o horizonte necessário ao planejamento dos investimentos.

## Entrevista / Dyogo de Oliveira

### ‘Não estamos desistindo nem adiando o ajuste’



**Prioridade.** Oliveira diz que a aposentadoria rural é um dos principais itens da reforma

*Ministro do Planejamento afirma que o governo está disposto a fazer o que for preciso para cumprir a nova meta fiscal de 2017, de rombo de R\$159 bilhões, como cortar mais o Orçamento*

Martha Beck e Geralda Doca  
-Brasília- Em entrevista ao GLOBO, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que, embora a revisão das metas de 2017 e 2018 e as medidas

de ajuste fiscal — como teto para os salários dos servidores — dependam do Legislativo, ele não perde o sono por isso: "Sou sempre otimista com o Congresso" Para defender o limite para salários, Oliveira vai abrir mão de remuneração de R\$ 18 mil do Conselho do Senac e que é um ganho extra ao teto.

**• O governo quer elevar o rombo de 2017 para R\$ 159 bilhões, mas há receitas incertas, como os leilões de usinas da Cemig e de petróleo. A margem não é estreita?**

A meta tem que ser apertada, porque o governo tem que demonstrar que está se esforçando. A receita já frustrou R\$ 50 bilhões este ano e há risco de perder mais R\$ 20 bilhões. Estamos acomodando esses R\$ 20 bilhões na meta. É um esforço grande. Não estamos postergando nem desistindo do ajuste.

**• O que o governo fará se a frustração de receitas ficar acima do esperado?**

Vamos segurar as despesas ainda mais, fazer mais corte. Mas temos confiança tanto no caso da Cemig, que são R\$ 11 bilhões), quanto nos leilões do petróleo, que são R\$ 8 bilhões.

**• O Orçamento tem, hoje,**





***contingenciamento de quase R\$ 45 bilhões. O governo quer liberar até R\$ 10 bilhões desse aperto. Dá para cortar mais?***

Dá. É claro que isso não significa que não haverá prejuízo. Mas você não terá um shutdown (paralisação da máquina). Alguns órgãos terão dificuldade, principalmente no custeio. Mas, do ponto de vista operacional e orçamentário, é viável. Dá para segurar (a despesa) por mais dois ou três meses.

***• O governo precisa do Congresso para aprovar a revisão da metas fiscais e nove das 11 medidas de ajuste fiscal propostas esta semana. O senhor dorme tranquilo quando pensa nisso?***

Quando esse é o motivo, durmo tranquilo. Sou sempre otimista com o Congresso. Acho que você tem que trabalhar, discutir e, às vezes, atender a alguma demanda, mas, no fim, o Congresso tem entregue as coisas que são realmente importantes. Algumas matérias são mais polêmicas, mas, no geral, não estamos tirando benefício. Não se está retirando salário dos servidores, está se adiando reajuste. Não é uma coisa que seja extremamente difícil, ainda mais num momento de inflação baixa.

***• Mas o Congresso vai entender isso?***

São medidas para manter o déficit primário de R\$ 159 bilhões. Não estamos falando de superávit. Se não fizer nem os R\$ 159 bilhões (mesmo número registrado em 2016), vamos sinalizar que o país está piorando.

Não podemos fazer isso.

***• O governo também quer um teto para o salário dos servidores. Como conseguir isso com o lobby das categorias no Legislativo?***

Eu tenho um conselho do Senac (R\$ 18 mil) que, pela Constituição, não entra no teto em vigor hoje. O Senac não é governo, é entidade privada. Mas, como não quero deixar dúvidas, vou abrir mão e vou entrar de corpo e alma nessa briga do teto. Temos que partir para cima. No Legislativo e no Judiciário, principalmente, a quantidade de pessoas que recebe acima do teto é grande. Ganhar acima de R\$ 100 mil é quase o padrão.

***• A longo prazo, o equilíbrio fiscal depende da reforma da Previdência. Que reforma é essa que o governo vai conseguir fazer diante de tantas dificuldades no Congresso?***

Acho que vem uma reforma relevante e robusta. Não pode ser de outra maneira.

***• Se for para enxugar demais é melhor não fazer?***

Acho que a reforma precisa sinalizar que a situação fiscal tem direcionamento claro, que caminha para a estabilização. Se for uma reforma que não resulte nisso, temos que insistir para que seja isso. Vamos começar com o relatório que foi aprovado e não tem descanso. Não podemos nos habituar com déficits de R\$ 159 bilhões. Isso não pode ser uma coisa considerada aceitável num país como o Brasil.

***• Quais itens da reforma não podem esperar?***

O relatório tem um equilíbrio que você não pode quebrar. A aposentadoria rural é a maior parte do déficit. Como vai fazer uma coisa e não vai olhar para o principal item? Aliás, não é o rural que é déficit. É a fraude do rural. São 9 milhões de pessoas recebendo aposentadoria rural e 6 milhões que se declararam moradores do setor rural. Há clara evidência de fraude. O que está sendo proposto é contribuição de R\$ 50 por mês. Vamos definir se a pessoa vai pagar isso uma vez por ano ou por semestre. A PEC só fala que vai ter contribuição. Quem é contra só pode ser a favor da fraude.

***• O valor de R\$ 50 é uma ideia?***

A ideia é que a contribuição seja igual à do MEI (microempreendedor individual). Não é exagerada. Na vida laboral, vai contribuir com 17 salários mínimos e receber em média por 18 anos. Não é pelo valor, é pelo controle da fraude. Essa questão têm que entrar num debate racional. A reforma é para salvar a aposentadoria porque senão vamos ficar igual ao Rio de Janeiro e ao Rio Grande do Sul. Lá, todo mundo tem direito de se aposentar com R\$ 5 mil, R\$ 15 mil, R\$ 10 mil, só que não recebe.

***• E os servidores públicos?***

O regime próprio atende a um milhão de pessoas e tem déficit de R\$ 77 bilhões. O regime geral atende a 30 milhões de pessoas e déficit de R\$ 185 bilhões. A distorção está no





regime próprio. Por isso, a reforma iguala a aposentadoria de trabalhador privado com trabalhador público. Não tem trabalhador de segunda classe no Brasil. Só tem cidadão brasileiro, e todos devem ser tratados da mesma forma pela lei.

***• Um dos argumentos para fazer a reforma da Previdência é o teto dos gastos. Não teria sido melhor fazer a reforma antes do teto?***

A ideia de fazer o teto não é exclusivamente para a reforma da Previdência. É uma questão de tamanho de Estado. A nossa despesa foi crescendo, e a carga tributária foi acompanhando. Agora, estamos recebendo uma sinalização da sociedade de que não dá mais para aumentar a carga tributária, então não dá mais para aumentar despesa. Aí não é só a Previdência, temos segurados gastos de custeio, que caíram 7,2% no primeiro semestre deste ano.

***• Não é um exagero trabalhar ao mesmo tempo com teto e meta?***

Economistas mais liberais e conservadores estão colocando esse debate. Acho que, para ter esse debate, é preciso ter uma sinalização de que estamos numa caminho mais consolidado, com reforma da Previdência e trajetória de dívida mais previsível. No momento, uma discussão desse tipo só serviria para criar mais ruído e mais embaraço. Sem a meta, vai ser lido que o governo não tem mais limite. Não vejo como uma discussão necessária agora.

## Parlamentares tentam incluir contratações no Orçamento

*Governo vetou medidas e negocia para aprovar novas metas fiscais*

Bárbara Nascimento

-Brasília- Enquanto o governo preparava um pacote de arrocho fiscal, o Congresso Nacional adicionava ao Orçamento de 2018 itens que vão de encontro à necessidade de austeridade por parte da União. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) autorizou, por exemplo, a concessão de reajuste dos auxílios alimentação e creche concedidos aos servidores dos Três Poderes. Na contramão, a equipe econômica propôs, nessa semana, o adiamento dos reajustes salariais do Executivo e a extinção de 60 mil cargos vagos para diminuir o peso da conta com pessoal.

Mesmo com uma previsão original de déficit de R\$ 129 bilhões, os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) também não viram problema em instituir uma permissão especial para admissão de funcionários para a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT). Também criaram um dispositivo para estabelecer novas regras para aquisição de passagens aéreas em classe executiva e econômica. Ambos os dispositivos estão na lista de 47 vetos impostos pelo governo ao texto do Orçamento e que irritaram os deputados e senadores

da Comissão.

Muitos dos vetos foram justificados pelo Palácio do Planalto com o argumento de fragilidade das contas públicas e a necessidade de não engessar os recursos públicos, criando vinculações de receitas a despesas específicas. Os parlamentares da Comissão já enviaram um recado ao governo de que estão insatisfeitos e não estão dispostos a facilitar a aprovação da mudança das metas fiscais de 2017 e 2018, enviada na quinta-feira ao Congresso. O projeto pretende alterar os déficits previstos para este ano e o próximo, de R\$ 139 bilhões e R\$ 129 bilhões, respectivamente, para rombos de R\$ 159 bilhões.

### NOVO ACORDO

Diante da possibilidade de ter mais dificuldades para votar a mudança da meta, o governo está negociando com os parlamentares e técnicos da CMO para discutir um novo texto para os itens que foram vetados. A ideia é "reverter" alguns dos vetos e diminuir a insatisfação no Congresso.

Os parlamentares da Comissão argumentam que o Palácio do Planalto desrespeitou um acordo que havia firmado em maio para garantir a votação da LDO antes do recesso do meio do ano. Entre as mudanças que teriam tido aval do governo estavam a diminuição do piso para liberação de emendas individuais. Hoje, só é possível liberar emendas

para obras que custam acima de R\$ 250 mil. Os parlamentares pediram ao governo que aceitasse a redução desse piso para R\$ 100 mil, de forma a atender uma maior quantidade de obras inacabadas em pequenos municípios.

— Foi uma falta de sensibilidade política do governo. Os vetos foram feitos sem uma avaliação de como isso seria recebido. Nós não estamos dispostos a aceitar que o acordo seja descumprido sem razões mais claras — disse um técnico da comissão.

A Comissão elaborou uma nota técnica refutando vários dos vetos. Para eles, as justificativas são, em alguns casos, baseadas em "critérios frágeis". Em relação a novas regras para passagens aéreas, a nota pondera que o veto não impede a aquisição de passagens aéreas de valores mais custosos.

Eles ainda ressaltam que vários dos dispositivos vetados tratavam do reforço do ajuste fiscal e da transparência, mas mesmo assim não foram aceitos pelo governo. Para eles, várias das dificuldades operacionais apontadas na justificativa são "superáveis".

Segundo técnicos da comissão, o foco na discussão com o governo é tirar o veto dos pontos que foram acertados. Alguns itens, como artigos que foram incluídos com o objetivo de acelerar o prazo para liberação de emendas, por exemplo, não estão na lista de prioridades.

## Servidor levará 30 anos para ganhar o teto salarial

*Hoje, funcionário público federal consegue chegar ao topo dos salários com 13 anos de carreira*

Martha Beck

-Brasília- O plano de reestruturação das carreiras do poder Executivo proposto pelo governo pode fazer que os servidores passem a levar até 30 anos para atingir os salários mais altos. Segundo dados do Ministério do Planejamento, uma pessoa começa hoje a carreira de gestor governamental com um salário inicial de R\$ 16.933,64. Em apenas seis anos, os vencimentos desse servidor podem atingir R\$ 20.521,98. O topo da carreira chega aos 13 anos de serviço: R\$ 24.142,66.

Já pelo plano proposto, o salário inicial seria bem mais baixo, de R\$ 5 mil, e só se atingiria o salário mais elevado após 30 anos. A gradação seria mais lenta, e o salário de R\$ 20.521,98 só seria obtido após um período de 23 anos. A expectativa

com essa medida é dar aos cofres públicos uma economia de R\$ 18,6 bilhões em cinco anos.

Segundo os técnicos da área econômica, a rapidez com que os funcionários públicos chegam ao topo da carreira traz uma série de dificuldades para o fechamento das contas. Além de os salários iniciais serem elevados, os servidores que atingem os vencimentos mais altos passam a exercer pressão por reajustes mais altos. As negociações com o governo passam a ser a única forma de aumentar a remuneração. — Fica mais difícil (para o governo) a negociação salarial quando o servidor chega logo ao topo. Só assim ele poderá ganhar mais — afirmou um técnico do governo.

Embora o pacote da equipe econômica inclua limitar o salário inicial do serviço público em R\$ 5 mil, esse não será o valor para todas as categorias. Já há um entendimento dentro do Ministério do Planejamento que, em algumas carreiras, esse valor é muito baixo.

Isso inclui, por exemplo, delegados, médicos e professores universitários. Nestes casos, explicam os técnicos, os salários iniciais poderiam ser mais altos, mas alinhados com o que ocorre no setor privado. — O parâmetro será o mercado — explicou um técnico da equipe econômica.

### CRITÉRIO DE EFICIÊNCIA

O governo quer ainda mudar o critério de análise de eficiência dos servidores. Os integrantes do governo lembram que hoje o serviço público tem um programa de avaliação de desempenho, mas ele é falho. Um dos problemas é que a avaliação prevê que qualquer funcionário já receba, de partida, 80% de preenchimento dos critérios previstos: — Isso significa que a avaliação hoje não funciona. A pessoa já tem 80% de partida. O critério tem ser mais próximo do utilizado pelo setor privado — disse o técnico.

## Novo Refis é prioridade para governo

MARIANA CARNEIRO  
DANIEL CARVALHO  
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer quer destravar na próxima semana cinco temas da pauta econômica que dependem do Congresso antes de embarcar para a China, no dia 31 de agosto, para a reunião dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Além de aprovar a revisão do déficit orçamentário deste ano e do próximo para R\$ 159 bilhões, o Planalto quer fazer andar no Legislativo medidas que ajudarão a equilibrar as contas e cumprir a meta fiscal nestes dois anos.

Estão na lista de prioridades a terceira versão do Refis (programa de refinanciamento de dívidas tributárias), a nova taxa de juros do BNDES (TLP) e o novo projeto de lei da reoneração da folha de pagamentos. Para isso, Temer deve reunir sua equipe neste domingo (20) e, durante a semana, receberá deputados e senadores.

Na terça (22), os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento) vão ao Congresso negociar alternativas a pontos vetados por Temer na Lei

de Diretrizes Orçamentárias.

A cúpula da Comissão Mista de Orçamento já demonstrou contrariedade com os vetos, e os ministros terão a missão de reduzir o clima de tensão para garantir a aprovação das novas metas de déficit orçamentário. Oliveira vai pessoalmente à reunião do colegiado, também na terça.

Outra batalha do governo é destravar as negociações do Refis. A equipe econômica ainda irá discutir uma contraproposta ao projeto de refinanciamento de dívidas que tramita na Câmara.

O texto atual, alterado em comissão da Câmara, desagradou a equipe econômica e reduziu a previsão de arrecadação de R\$ 13 bilhões para cerca de R\$ 500 milhões.

Apesar da resistência de parlamentares –muitos deles devedores do fisco–, integrantes da equipe do presidente ainda acreditam que podem aprovar um Refis com receitas mais elevadas, perto de R\$ 8 bilhões.

A medida provisória da nova taxa de juros do BNDES, que reduz os gastos públicos com subsídios,

deverá ser votada em comissão na terça.

O prazo é apertado. Se não for votada por Câmara e Senado até 6 de setembro, a MP perderá a validade.

### SIMPLIFICAÇÃO

Nesta sexta, Temer se reuniu com os dois ministros da área econômica, além de Moreira Franco (Secretaria Geral) e Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), para discutir outro tema econômico que entrará na agenda do governo no Congresso: a simplificação tributária.

O governo pretende acelerar medidas que simplifiquem a vida dos contribuintes. Depois, investir numa reforma do sistema tributário, algo que ocorreria entre dezembro e o início de 2018.

O relator da reforma tributária na Câmara, Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), apresentou aos ministros sua proposta de eliminar dez tributos. Em seu lugar existiriam apenas quatro: Imposto de Renda, sobre valor agregado, de propriedade e a contribuição para a Previdência Social.



## CONJUNTURA »

# TLP pode não sair do papel

*Medida provisória que cria nova taxa para balizar os financiamentos do BNDES disputa espaço na agenda do Congresso*

ROSANA HESSEL

O governo corre contra o relógio para aprovar a medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP) para empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), substituindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mas pode morrer na praia. A matéria enfrentará uma agenda bastante tumultuada na semana que vem, disputando atenção com a reforma política e o projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), outra pedreira para o governo no Congresso.

A MP 777/17 foi enviada ao Congresso pelo Executivo em abril e caduca em 9 de setembro. No último dia 15, houve um pedido de vista coletivo e a matéria é considerada controversa até mesmo por integrantes do governo. O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, no mês passado, disse que a TLP poderia prejudicar empréstimos para empresas, o que provocou uma crise institucional no banco.

Procurado, Castro evitou comentar o assunto, mas suas declarações o indispueram com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que defende a TLP com unhas e dentes. A nova taxa deverá ser indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais o rendimento real da NTN-B, título do Tesouro Nacional. O objetivo é diminuir os subsídios implícitos nos financiamentos do BNDES.

O especialista em contas públicas José Roberto Afonso, professor de mestrado do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), demonstrou preocupação em relação à mudança. “A TLP reindexa a economia, voltando para IPCA, que, aliás, era praticado pelo BNDES até o Plano Real. Além disso, vincula à dívida pública uma das poucas taxas de juros que a ela não está amarrada”, disse. Para ele, o custo mais caro da TLP já foi dado. “O governo sinalizou aos agentes financeiros para não decidirem investir agora, uma vez que o governo quer encarecer o custo de quem fizer isso”, pontuou. Afonso publicou um artigo, com o assessor econômico do Senado Leonardo Ribeiro, apontando riscos na MP 777.

De acordo com Ribeiro, instituir a TLP para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e para o Fundo

da Marinha Mercante, como prevê a MP, “é uma péssima ideia”, porque o governo só conseguiria uma economia fiscal se o diferencial de taxa for relevante como foi no passado. Pelas contas dele, a TLP não afetará em nada a política monetária.

### Camicase

“O saldo de empréstimos do FAT ao BNDES em 2016 correspondeu a 7,1% do total movimentado pelo mercado financeiro. Ou seja, nada representativo”, disse. “O correto é usar a TLP para financiamentos concedidos quando houver emissão direta de títulos do Tesouro em favor de bancos públicos. Não podemos deixar, nunca mais, a possibilidade de emitir dívida pela Selic (hoje em 9,25% anuais) para bancar empréstimos a TJLP (de 7% ao ano). Uma segunda operação camicase desse tipo deve ser proibida”, alertou.

Já o relator da MP 777, o deputado federal Betinho Gomes (PSDB-PE), defende a proposta. “Vamos conseguir aprovar a matéria dentro do prazo”, disse o parlamentar, citando um levantamento feito pelo Insper que estima que a mudança na taxa do BNDES pode gerar economia de quase R\$ 100 bilhões na dívida pública.